



Índice

- 01** Turma nega reintegração de posse sobre área considerada indígena
- 02** MPF quer vetar compra de bois em áreas de crime contra indígenas
- 03** O lado mais cruel da corrupção
- 04** Governo garante terreno
- 05** MPF quer suspensão de hidrelétrica no Tapajós
- 06** MPF/PA recomenda suspensão de licenciamento ambiental de UHE Cachoeira dos Patos
- 07** Discutida há 1 ano, proposta do Ministério Público quer vetar compra de bois em áreas de conflito indígena
- 08** Demarcação de área quilombola em Dourados pode ser finalizada
- 09** [TRF nega liminar que anularia processo demarcatório da Comunidade Quilombola](#)
- 10** [Relatório definirá futuro do Joana D'Arc](#)

Turma nega reintegração de posse sobre área considerada indígena
SÍTIO DO TRF 1ª REGIÃO, 30.07.2013

A 4.ª Turma do TRF da 1.ª Região anulou decisão de primeiro grau que garantia, a um fazendeiro da Bahia, a posse das terras localizadas no município de Pau Brasil, em uma área considerada indígena. A sentença contestada havia sido proferida pelo Juízo da Vara Única de Ilhéus.

No recurso apresentado ao TRF, a União e o Ministério Público Federal (MPF) pediram a reforma da sentença por entenderem tratar-se de área de domínio público "insuscetível de aquisição mediante simples transcrição cartorial". Isso porque, embora a região ainda não tenha sido demarcada, uma lei estadual de 1926 garante a preservação de recursos florestais e a proteção dos índios Pataxó e Tupinambá que lá vivem.



No recurso apresentado ao TRF, a União e o Ministério Público Federal (MPF) pediram a reforma da sentença por entenderem tratar-se de área de domínio público "insuscetível de aquisição mediante simples transcrição cartorial". Isso porque, embora a região ainda não tenha sido demarcada, uma lei estadual de 1926 garante a preservação de recursos florestais e a proteção dos índios Pataxó e Tupinambá que lá vivem

.

O MPF também alegou que os indígenas não ocupam a integralidade da área da fazenda e, segundo relato de testemunhas, já estariam acampados numa terra vizinha, o que se afigura "desproporcional a proteção possessória reivindicada".

Ao analisar o caso, o relator, juiz federal convocado Rodrigo Navarro de Oliveira, deu razão à União e ao Ministério Público. No voto, o magistrado frisou que o artigo 231 da Constituição Federal define como terras tradicionalmente ocupadas pelos índios aquelas por eles habitadas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas e necessárias a sua reprodução física e cultural, dentre outras características.

Dessa forma, a ocupação por não índio de terras reconhecidas como indígenas configura "mera detenção" e não gera efeitos possessórios. Este entendimento já foi adotado pelo TRF no julgamento de casos semelhantes. "Restam inaplicáveis às questões territoriais indígenas os conceitos civilistas de posse e propriedade", ressaltou o juiz.

CONT.



Como a demarcação de terras indígenas é legalmente necessária para a definição e fixação de seus limites, o relator determinou o retorno dos autos à vara de origem para a realização de prova pericial e a elaboração do laudo antropológico. "Se for verificado que o imóvel efetivamente integra área indígena, tal circunstância basta para desfigurar o pretendido direito à reintegração de posse", finalizou o magistrado.

O voto foi acompanhado pelos outros dois julgadores que compõem a 4.ª Turma do Tribunal.

Assessoria de Comunicação Social

Tribunal Regional Federal da 1.ª Região



MPF quer vetar compra de bois em áreas de crime contra indígenas

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 30.07.2013

Frigoríficos poderão deixar de comprar gado em áreas onde ocorreram crimes contra indígenas em Mato Grosso do Sul. A proposta é do MPF (Ministério Público Federal), que negocia um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com as associações da indústria frigorífica.

Desta forma, por exemplo, não poderia ser comprado bois em fazendas de Paranhos, inclusas na área que os índios denominam Ypo'i, onde um professor indígena foi morto. A compra também ficaria vetada em áreas de embargo ambiental do Ibama e Imasul e com registro de trabalho escravo.

De acordo com o presidente da Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária), Eduardo Riedel, a entidade tem informações que o Ministério Público se articula para formalizar o acordo. "Somos totalmente contra", afirma.

Segundo ele, até o momento nenhum frigorífico do Estado assinou o documento com a restrição de compra e venda. "Só se tenha assinado sem o nosso consentimento", diz.

A Famasul apura um caso em que frigorífico desistiu da compra de gado em fazenda no município de Aquidauana, onde há disputa de terra. O Campo Grande News entrou em contato com a empresa Boi Verde, citada como autora da recusa, mas não tinha ninguém da direção para atender a reportagem.

Dona da fazenda Esperança, Mirian Alves Côrrea reclama que as áreas em conflito não têm decisão judicial e o Ministério Público já quer executar a pena. "Estão matando as pessoas economicamente. É uma imposição do MPF aos frigoríficos", afirma. A fazenda, localizada em Aquidauana, foi invadida em junho pelos terenas.

"Depredam a sua terra, arrancam fio da cerca, matam o gado, depredam o patrimônio. Depois, fica só o bagaço", relata. A disputa entre índios e fazendeiros atraiu atenção nacional para Mato Grosso do Sul após reintegração de posse que resultou na morte do índio Oziel Gabriel, 35 anos.

O despejo foi cumprido na fazenda Buriti, no município de Sidrolândia. O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) elaborou um relatório com sugestão de soluções de conflito em 53 áreas. São aproximadamente 770 mil hectares, que correspondem a 2,17% do território do Estado. O rebanho bovino em Mato Grosso do Sul é de 21,5 milhões de cabeças.

Em outra frente, o governo federal criou um grupo de trabalho, cuja próxima reunião será no dia 5 de agosto. A expectativa, conforme promessa do ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, é o anúncio do valor a ser pago pelos 15 mil hectares da área requisitada pelos terenas em Sidrolândia e Dois Irmão do Buriti. No entanto, já está em discussão proposta para arrendamento das fazendas.



O lado mais cruel da corrupção

SÍTIO O ESTADO DE SÃO PAULO, 31.07.2013

Nem mesmo cidades com desenvolvimento humano muito baixo escapam do desvio de dinheiro público

Uma prática perversa contribui ainda mais para agravar a realidade dos municípios mineiros com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador que avalia a situação das cidades levando em conta a educação, a renda e a expectativa de vida da população. Nem mesmo as cidades que fazem parte dessa relação estão livres de denúncias de corrupção. Pelo menos cinco delas são alvo de denúncias de má aplicação de recursos públicos. Caso de São João das Missões, no Norte de Minas, pior IDH de Minas. Emancipada em 1995, com pouco mais de 11 mil habitantes, a maioria índios da etnia xacriabá, a cidade está na lista das três últimas operações da Polícia Federal, em parceria com o Ministério Público Federal, para coibir desvio de recursos dos cofres públicos.

A prefeitura é acusada de fraudes nas licitações para a realização de obras e também na compra de medicamentos e equipamentos hospitalares, alvos de investigação nas operações Máscara da Sanidade, Conto do Vigário e 1655, referência a um sermão do padre Antônio Vieira, realizadas entre 2010 e 2012 pela PF. A cidade tem um ex-prefeito na lista dos enquadrados pela Lei Ficha Limpa. Ivan de Sousa Correa (PSDB), que esteve à frente do Executivo municipal entre 1997 e 2004, foi condenado por desvio de recursos do programa de atenção básica aos povos indígenas. Além do pior lugar geral, São João das Missões aparece na relação dos piores indicadores nos quesitos educação, renda e expectativa de vida.

Em terceiro lugar na lista dos piores IDHs está Bonito de Minas, também no Norte mineiro, com cerca de 9,2 mil moradores. A cidade é alvo das mesmas operações deflagradas em São João das Missões e, em uma delas, o município ainda encabeça o ranking da maior quantia de recursos suspeita de desvio, cerca de R\$ 400 mil, segundo apuração da Operação Máscara da Sanidade, que desarticulou uma organização criminosa responsável por desviar recursos públicos de 36 cidades mineiras a partir de fraudes em licitações. Na lista dos piores indicadores também no quesito renda, Bonito de Minas esteve envolvida em outro grande escândalo de corrupção desvendado em 2006, conhecido nacionalmente como Máfia dos Sanguessugas, que envolveu a compra superfaturada de ambulâncias financiadas com recursos de emendas parlamentares.

Para o procurador da República em Montes Claros, André de Vasconcelos Dias, existe uma correlação direta entre o nível de pobreza dos municípios e alto grau de desvio de recursos dos cofres municipais. E São João das Missões e Bonito de Minas aparecem entre as cidades com registro de casos de improbidade administrativa, segundo o procurador. Ele explica que a relação direta pode ser notada também porque a maior parte dos recursos desviados são de áreas fundamentais para o desenvolvimento humano – educação, saúde e infraestrutura.

CONT.



"Bonito de Minas é um bom exemplo porque vem sendo investigada em diversas operações, como a Máscara da Sanidade, que apurou o desvio de recursos para a construção de duas escolas e também no esquema dos Sanguessuga", diz. André Dias lembra também que, em São João das Missões, os índios, uma das populações mais excluídas do país, tiveram recursos desviados pelos administradores da cidade.

Outros três municípios da lista dos 10 piores IDH de Minas já foram alvos de denúncias e condenações por desvio de dinheiro público. Itaipé, no Vale do Jequitinhonha, teve suspensa este ano a transferência de recursos do Programa de Saúde da Família por causa de irregularidades no cadastro de profissionais. O município é investigado ainda por irregularidades na execução do Bolsa-Família.

O ex-prefeito de Monte Formoso, também no Jequitinhonha, José Alves Soares foi condenado por não comprovar o uso dos valores repassados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a ampliação do sistema de abastecimento de água e implantação de esgotamento sanitário. Em Frei Lagonegro, no Vale do Rio Doce, as denúncias envolvem desvio de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).



Governo garante terreno

SÍTIO DIÁRIO DO NORDESTE, 31.07.2013

Uma importante pendência para a instalação da refinaria no Ceará foi resolvida no dia 2 abril na visita da presidenta Dilma ao Estado a entrega dos 1930 hectares para a Petrobras Essa , era a contrapartida do Governo do Estado para a empresa

A área ainda não havia sido entregue porque a Fundação Nacional do Índio (Funai) alegou que a obra seria próxima a uma tribo Anacé, em Caucaia O impasse, que durou cerca de quatro anos. foi equacionado porque o Governo do Estado propôs comprar uma area de 72 hectares para que a tribo fosse transferida. A Funai deu a anuência para a concessão da Licença de Instalação peia Superintendência de Meio Ambiente do Ceara (Semace)

Do Ceará, foi exigida a aquisição do terreno para a instalação da refinaria e foram adquiridos 1930 hectares. Mas. após a aquisição, surgiu o problema da proximidade com os índios Anacés. Ao lado do terreno da refinaria. Há a proximidade com o canteiro de obras, onde vão trabalhar até 15 mil pessoas e isso pode, segundo a Funai. trazer transtornos para eles, explica o secretario de Infraestrutura do Estado.

De acordo com ele, o governo e a Petrobras decidiram comprar um terreno, ao lado do Corociexo para ser entregue à tribo. "Vamos instalar todas as famílias cadastradas como Anacés nessa grande área de 72 hectares. Vamos gastar R\$ 15 milhões, sendo R\$ 9 milhões do Estado e R\$6 milhões da Petrobras. Esse dinheiro vai ser usado para comprar os terrenos e para construir a infraestrutura necessária, tais como: casas, sistema de eletrificação, telefonia, saneamento, água. coleta de lixo. enfim, uma cidade para essas 170 famílias"

O prazo que a Funai deu para a compra e o inicio dessas obras é de 90 dias No dia 2 de abril foi assinado um Termo de Compromisso entre os envolvidos representantes do governo estadual. Funai e Petrobras, no Ministério Publico Federal "Essa compra está em fase de negociação final e acredito que isso possa ser feito antes mesmo do prazo que a Funai esta dando Se esse prazo não for cumprido, a Licença de Instalação pode ser cassada. Mas, para quem tem responsabilidade, não passa na cabeça uma enganação pois é um empreendimento que o Ceará sonha há anos. A Petrobras precisa até mais do que o Ceara, é um investimento de R\$ 22 bilhões Nossa geração vai assistir a implantação dessa refinaria e a mudança do perfil econômico do Ceará", afirma Adail.

VIABILIDADE ECONÔMICA

Quanto aos problemas financeiros da Petrobras para instalar a refinaria Premium II no Ceará, o secretário diz que a petrolífera está buscando parceiros para viabilizar o empreendimento 'Nós sempre entendemos que a Petrobras não descartou em nenhum momento a Premium II. Ela passa, juntamente com a Premium I. do Maranhão, e a Abreu e Lima, de Pernambuco, por avaliações técnicas para que possam ser viabilizadas economicamente.

CONT.



O que está posto hoje são projetos que a Petrobras diz, com muita transparência, que seriam inviáveis, por isso busca parceria técnica, com tecnologia e apoio financeiro. A própria presidente da Petrobras tem ido a China e a Coréia do Sul por causa da tecnologia altíssima que eles dominam. Essa é uma pendência que não depende do Ceará. A nossa participação é ir a Petrobras e ao Governo Federal", conclui o secretário



MPF quer suspensão de hidrelétrica no Tapajós

SÍTIO DIÁRIO DO PARÁ, 31.07.2013

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou a suspensão do licenciamento ambiental do projeto da usina hidrelétrica de Cachoeira dos Patos, no rio Jamanxim, no complexo hidrelétrico da bacia do Tapajós, no oeste paraense. A Procuradoria da República em Santarém encaminhou a recomendação à União, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), à Eletrobras e à Eletronorte.

O MPF quer que o licenciamento seja interrompido até a apresentação e aprovação da Avaliação Ambiental Integrada (AAI) e Estratégica (AAE) dos impactos ambientais e sociais decorrentes da implantação da usina, por meio de equipe multidisciplinar e com participação social.

A recomendação alerta, ainda, para a necessidade de realização de consulta prévia aos povos indígenas e demais povos tradicionais localizados na área afetada pela instalação da usina. Se concluído, o projeto afetará o Parque Nacional do Jamanxim, a Área de Proteção Ambiental do Tapajós e o corredor Ecótonos Sul-Amazônicos (área de alta riqueza biológica entre os biomas do Cerrado e da Amazônia). E pede que os notificados apresentem informações acerca do estágio de desenvolvimento do empreendimento, como Estudos de Inventário Hidrelétrico da Usina, informações atualizadas e cronogramas do licenciamento ambiental e dos trabalhos de campo. Assinam a recomendação os procuradores da República Luiz Eduardo Hernandez, Carlos Raddatz e Ticiane Nogueira.

Os órgãos têm 45 dias para se manifestar sobre se acatam ou não as recomendações.



MPF/PA recomenda suspensão de licenciamento ambiental de UHE Cachoeira dos Patos

SÍTIO CANAL ENERGIA, 31.07.2013

O Ministério Público Federal no Pará recomendou a suspensão do licenciamento ambiental do projeto da usina hidrelétrica de Cachoeira dos Patos, no rio Jamanxim, em Itaituba, no complexo hidrelétrico da bacia do Tapajós, no oeste do Estado. A Procuradoria da República em Santarém encaminhou a recomendação à União, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, à Agência Nacional de Energia Elétrica, à Eletrobras e à Eletronorte. A recomendação foi expedida na última segunda-feira, 29 de julho.

O MPF/PA quer que o licenciamento seja interrompido até a apresentação e aprovação da Avaliação Ambiental Integrada e estratégica dos impactos ambientais e sociais decorrentes da implantação da usina, por meio de equipe multidisciplinar e com participação social. A recomendação alerta ainda para a necessidade de realização de consulta prévia aos povos indígenas e demais povos tradicionais localizados na área afetada pela instalação da usina. Se concluído, o projeto afetará o Parque Nacional do Jamanxim, a Área de Proteção Ambiental do Tapajós e o corredor Ecótonos Sul-Amazônicos.

A recomendação pede que os notificados apresentem informações acerca do estágio de desenvolvimento do empreendimento, como estudos de inventário hidrelétrico da usina, informações atualizadas e cronogramas do licenciamento ambiental e dos trabalhos de campo. Os procuradores da República Luiz Eduardo Hernandez, Carlos Raddatz e Ticiane Nogueira assinam a recomendação.

Os órgãos notificados têm prazo de 45 dias para se manifestar sobre o acatamento ou não das recomendações apresentadas pelo MPF/PA, e, mais 15 dias para apresentarem as documentações e informações exigidas, contados a partir do fim do prazo para a manifestação acerca do acatamento, ou não, da recomendação.

O prazo para a resposta começa a valer assim que os destinatários receberem os documentos. Se as respostas não forem apresentadas ou forem consideradas insuficientes, o MPF/PA pode tomar medidas administrativas e judiciais.



Discutida há 1 ano, proposta do Ministério Público quer vetar compra de bois em áreas de conflito indígena

SÍTIO CAPITAL NEWS, 31.07.2013

Discutida há 1 ano, proposta do Ministério Público quer vetar compra de bois em áreas de conflito indígena

A proposta do MPF é assinar o termo para que os frigoríficos não aceitem gado de regiões em conflito

Discutido desde o ano passado, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), entre o Ministério Público Federal e frigoríficos de Mato Grosso do Sul, que vetar a compra de gado de áreas onde ocorram crimes contra indígenas, embargo ambiental do Ibama ou do Imasul e indícios de trabalho escravo, atestados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

As três questões que estão sendo debatidas para comporem o termo, são, de acordo com o MPF medidas para garantir a defesa dos direitos dos indígenas e também a responsabilidade socioambiental dos frigoríficos.

De acordo com a assessoria de imprensa do MPF, termo com o mesmo teor já foi assinado nos estados do Pará, Mato Grosso, Acre e Rondônia. A proposta, no entanto, ainda não tem previsão para ser assinada em Mato Grosso do Sul.

A Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) disse, por meio de sua assessoria, que desconhece qualquer dado oficial de boicote por parte dos frigoríficos a determinadas regiões e ressaltou que pode haver ações específicas dos frigoríficos, por serem independentes.

Ainda de acordo com a assessoria, até o momento nenhuma informação oficial foi divulgada, motivo pelo qual a Federação não irá se pronunciar.

A Famasul entende ainda que fica a critério do MPF comunicar ou não qualquer situação nesse sentido, considerando a representatividade da Federação nos setores.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elaborou um relatório apontando sugestões para resolver problemas de 53 áreas. Cerca de 700 mil hectares, mais de 2% do território do Estado estão em conflito. Mato Grosso do Sul tem um dos maiores rebanhos bovinos do país, são 21,5 milhões de cabeças.

O grupo de trabalho do governo federal, segundo o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, deverá anunciar o valor a ser pago pelos 15 mil hectares da área requisitada pelos terenas em Sidrolândia e Dois Irmão do Buriti na próxima segunda-feira (5).



Demarcação de área quilombola em Dourados pode ser finalizada

SÍTIO CORUMBÁ ON LINE, 31.07.2013

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) acatou os argumentos do Ministério Público Federal (MPF) e negou mandado de segurança que pretendia anular o processo demarcatório da Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira, distrito de Dourados, sul de Mato Grosso do Sul. A área, conhecida como Distrito de Picadinha, deve receber nova vistoria em agosto.

O mandado de segurança foi requerido pelos proprietários de área com 98 hectares, incidente na comunidade quilombola. O pedido era fundamentado no argumento que o local não é habitado por descendentes de escravos e que os proprietários detêm a posse justa da área.

O MPF manifestou-se contrário ao pedido, já que os proprietários queriam utilizar um meio impróprio para discutir a posse da área, o que deve ser feito dentro do procedimento administrativo de demarcação, realizado pelo Incra. O TRF-1 considerou a manifestação do MPF e negou o pedido. O Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação do território, elaborado em setembro de 2007, definiu que a área pertencente aos descendentes de Dezidério é de 3.748 hectares.

Dezidério Felipe de Oliveira

Os estudos para demarcação da área começaram em 2005 e depois de inúmeros percalços na disputa com proprietários, a comunidade aguarda a fase final do processo demarcatório. A comunidade quilombola cujos direitos devem ser reconhecidos pelo processo administrativo é formada pelos descendentes de Dezidério Felipe de Oliveira.

Nascido em 1867, Dezidério foi escravo e testemunha da abolição da escravatura de 1888. Saiu, então, de Minas Gerais e veio em direção ao que hoje é conhecido como Mato Grosso do Sul.

Aqui, ocupou terras na região da Picadinha. Faleceu em 1935, antes de concluir o processo de titulação de suas terras, o que deu origem a diversas invasões, que resultaram no esbulho que sofreu Dezidério de Oliveira e sua família. Atualmente vivem cerca de 16 famílias em 40 hectares da área original.

Desapropriação

A demarcação de terras quilombolas é regida pelo Decreto nº 4.887/2003. A legislação determina pagamento referente ao valor da terra e benfeitorias. O pagamento prévio e em dinheiro está garantido pelo artigo 32 do Decreto-Lei 3365/41. Só então será possível a imissão do Incra na posse do imóvel.

CONT.



A indenização da terra nua segue a tabela de preços feita por peritos do Incra, que é atualizada anualmente com valores da terra de cada microrregião de determinado estado. Em Mato Grosso do Sul, são doze microrregiões definidas pelo IBGE e avaliadas pelo Incra. O decreto determina que, efetuado o pagamento ou a consignação, será expedido mandado de imissão de posse, sendo a sentença válida para a transcrição no registro de Imóveis. (As informações são do MPF)



TRF nega liminar que anularia processo demarcatório da Comunidade Quilombola
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 31.07.2013

O TRF (Tribunal Regional Federal) negou liminar que iria anular o processo demarcatório da Comunidade Quilombola Dezidério Felipe Oliveira, uma área de 3.748 hectares, localizada no distrito de Dourados, conhecida como "Distrito de Picadinha", que será vistoriada novamente em agosto.

O tribunal seguiu os argumentos do MPF (Ministério Público Federal), que alegou que os pedidos dos proprietários deveria ser feito por meio de processo administrativo junto ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Os proprietários entraram com o mandado sobre uma área de 98 hectares que incide na comunidade quilombola. Eles alegam que o local não foi habitado por descendentes de escravos. A demarcação das terras quilombolas é regida por decreto federal, com pagamento do valor das terras e benfeitorias do local.



Relatório definirá futuro do Joana D'Arc

SÍTIO DIÁRIO DA AMAZÔNIA ON LINE, 31.07.2013

A situação das famílias dos projetos de assentamento Joana D'Arc, atingidas pelas obras da usina Santo Antônio, foi discutida nos dias 25 e 26 de julho, na sede do Incra em Porto Velho. Participaram do encontro o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Santo Antônio Energia, Ouvidoria Agrária Nacional, Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Ministérios Públicos Federal e Estadual, Polícia Militar e OAB. Na avaliação dos técnicos da Santo Antônio Energia, falta o pagamento de 37 indenizações às famílias afetadas pelas obras de construção da usina de Santo Antônio, cuja lista dos beneficiários já foi aprovada pelo Incra e está em processo de negociação. Os assentados alegam que os impactos são maiores como a desativação de escolas, estradas submersas pela água do rio que avançou para o interior da comunidade, entre vários transtornos relatados há mais de dois anos pelos agricultores.

O superintendente do Incra em Rondônia, Luís Flávio Carvalho Ribeiro, afirmou que os técnicos do Incra estão em campo realizando levantamento sobre os possíveis impactos, cujo trabalho está em fase de conclusão. A entrega do relatório final tem previsão para até 10 de agosto. A concessionária garantiu na reunião que entregará seu parecer dez dias depois.

Impactos

Para o coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Porto Velho, Josep Plans, os impactos vão muito além. "Os ribeirinhos e os quilombolas do Vale do Guaporé e do baixo Madeira também estão sendo atingidos pelas consequências da construção da usina", alertou ele.

De acordo com o representante do Incra na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Cláudio Rodrigues Braga, será agendada nova reunião com a finalidade de discutir as questões apontadas no relatório, após entrega do parecer da empresa Santo Antônio Energia ao Incra.

Agricultores buscam socorro nas instituições

A reivindicação dos assentados do Joana D'Arc já foi levada a diversas instâncias em Rondônia. Em junho passado, eles participaram de uma audiência na Câmara de Vereadores para discutir o assunto. Na ocasião, o superintendente adjunto do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) Cletho Muniz de Brito, já informava sobre a equipe que faz o levantamento da real situação do assentamento. Os problemas provocados pelo aumento do lençol freático foi denunciado ao ouvidor agrário nacional, Gercino da Silva Filho.

CONT.



Já a Santo Antônio Energia afirma que a formação da barragem não está provocando os prejuízos alegados pelos agricultores. De acordo com o diretor de Sustentabilidade do consórcio, Carlos Hugo, "o Incra é quem deve responder pela inviabilidade de produção no Joana D'Arc". Ele afirma que na década de 1980, quando foi criado o Projeto de Assentamento, já havia informação técnica sobre a propensão de alagamento das terras, que ficam em uma região plana. Este argumento, inclusive, foi utilizado pela empresa para se contrapor a uma série de ações impetradas contra a empresa, motivando a emissão de uma liminar contra uma decisão inicial da Justiça que determinava a indenização dos assentados.

SAE adota medidas paliativas

Em nota enviada à imprensa, a Santo Antônio Energia reafirma não possuir responsabilidades sobre os advenços ocorridos no assentamento Joana D'Arc, mas prometeu adotar medidas para minimizar os impactos na região. Atendendo à solicitação dos participantes, a Santo Antônio Energia se comprometeu a contratar um médico pelo período de 30 dias para prestar serviços no posto de Saúde do Projeto de Assentamento Joana D'Arc, fornecer combustível para abastecer as máquinas da prefeitura de Porto Velho que serão usadas na melhoria das estradas do assentamento.

Reassentados continuam acampados na empresa

Os moradores do Assentamento Joana D'Arc ocupam a frente do escritório da Santo Antônio Energia (SAE) desde o último dia 12 de julho, onde chegaram por volta das 5h da manhã. Os moradores tiveram o apoio da Central Única de Trabalhadores (CUT), que forneceu banheiros químicos e um carro do som. Na época, o grupo já havia manifestado vontade de permanecer até a empresa negociar o pagamento de uma indenização pelos danos provocados com o encharcamento do lençol freático, provocado com a formação do lago da usina, localizada nas imediações. Os moradores já tentaram chamar a atenção diversas vezes para as dificuldades de produzir na região e o aparecimento de onças que ameaçam animais domésticos e as pessoas. Eles também reclamam da infestação de mosquitos.